A captura privada e a financeirização da agenda global da segurança alimentar e nutricional

La apropiación privada y la financiarización de la agenda mundial de seguridad alimentaria y nutricional

The private capture and financialization of the global agenda for food security and nutrition

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, discute-se a captura da narrativa da segurança alimentar e nutricional pelos sistemas alimentares hegemônicos, desde a agricultura de commodities até a proliferação dos alimentos ultraprocessados, que explica a aparente contradição de estarmos produzindo cada vez mais alimentos, mas ainda estarmos longe de eliminar a fome no mundo. A real transformação dos sistemas alimentares depende, em grande parte, da retomada dessas narrativas por meio da orientação das políticas pelo direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave: FAO. Segurança alimentar e nutricional. Financeirização.

Resumen. *En este informe se analiza cómo los sistemas alimentarios hegemónicos se han apropiado del discurso sobre la seguridad alimentaria y nutricional, desde la agricultura de productos básicos hasta la proliferación de los alimentos ultraprocesados, lo que explica la aparente contradicción de que, a pesar de producir cada vez más alimentos, aún estemos lejos de erradicar el hambre en el mundo. La transformación real de los sistemas alimentarios depende, en gran medida, de la recuperación de estas narrativas mediante la orientación de las políticas hacia el derecho humano a una alimentación adecuada*.

Palabras clave: *FAO. Seguridad alimentaria y nutricional. Financiarización.*

Abstract. *This report discusses how the narrative of food and nutritional security has been co-opted by hegemonic food systems—from commodity agriculture to the proliferation of ultra-processed foods—which explains the apparent contradiction of producing more and more food while still being far from eliminating hunger in the world. The real transformation of food systems depends, to a large extent,* on reclaiming these narratives by orienting policies toward the human right to adequate food.

Keywords: *FAO. Food and nutritional security. Financialization.*

Os debates sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) são moldados por narrativas concorrentes, isto é, a maneira como as pessoas falam e entendem a SAN, o que veem como os principais problemas, as soluções e as normas vigentes, os valores e pressupostos subjacentes. Nesse contexto, as narrativas dominantes sobre a SAN são reflexo de quem detém o poder nos sistemas alimentares, o que significa que as narrativas podem ser (e são) usadas como uma ferramenta para concentrar poder ao se apropriarem delas.

Não é novidade para nosso campo que a insegurança alimentar e nutricional aumentou significativamente na última década, impulsionada por conflitos geopolíticos, mudanças climáticas, disrupções econômicas, os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19 e as limitações dos recursos naturais, tendo uma recuperação lenta e desigual nos anos pós pandêmicos. Ainda, a SAN tem sido uma questão política central globalmente desde 2020, devido ao aumento dos preços dos alimentos e, embora parte dessa inflação tenha sido impulsionada por choques nos mercados de commodities agrícolas e energéticas, a concentração do poder corporativo no sistema alimentar e a transformação dos alimentos em mercadorias são algumas das principais razões para que os preços dos alimentos permaneçam altos, mesmo com a redução dos custos dos insumos.

Vale sempre recordar, ainda, que a SAN está profundamente interligada ao clima. Impactos como padrões climáticos em mudança e solos degradados podem representar sérias ameaças à produtividade agrícola e à resiliência dos sistemas alimentares, por meio do que se configura na atual sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas nutrição (Swinburn *et al.*, 2019). Os sistemas alimentares atualmente são responsáveis por cerca de 30% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, com as emissões provenientes da produção agrícola (principalmente metano e óxido nitroso) em ascensão desde 2000. Apesar dessa interconexão, a segurança alimentar e a ação climática são frequentemente tratadas como agendas separadas ou mesmo conflitantes — quando, na verdade, o potencial de mitigação climática oferecido pela transformação dos sistemas alimentares não pode ser subestimado.

Ademais, as narrativas sobre a SAN, em última análise, determinam quais políticas recebem financiamento, quais tecnologias são ampliadas e quais comunidades são empoderadas ou deixadas para trás. Por exemplo, no financiamento climático, compreender essas narrativas é essencial, particularmente em um momento em que as narrativas sobre SAN estão sendo usadas como arma para se opor à ação climática em regiões como os Estados Unidos e a Europa.

Por outro lado, intervir no nível das narrativas oferece uma maneira poderosa de influenciar todo o ecossistema de alimentação e clima. Oferece a oportunidade de construir alianças mais amplas e apoio público em torno de medidas que aumentam a segurança alimentar ao mesmo tempo em que avançam nos objetivos de adaptação e mitigação climática.

Essa discussão também se entrelaça com temas que já abordamos sucessivas vezes, relacionados à participação do setor privado na agenda de segurança alimentar e nutricional global, incluindo a transformação dos sistemas alimentares, quase sempre em tom crítico e questionador, na medida em que as corporações que compõem o chamado *Big Food* estão entre as principais causas da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

Por isso, frequentemente questionamos se esses causadores dos problemas podem e devem ter tamanho protagonismo em sua solução e o quanto a participação desse setor tem sido permeada por *blue*, *green*, *social*, *pink* e outros tipos de *washing* corporativos para dar uma falsa aura de colaboração e responsabilidade a entidades cuja atual continua a ser movida pelo lucro a despeito de suas consequências sobre a saúde humana e planetária. Por exemplo, foram já abordados em documentos como a publicação “Responsabilidade Corporativa para a Transformação de Sistemas Alimentares”, do Hub das Nações Unidas para Sistemas Alimentares (United Nations Food Systems Coordination Hub, 2024) e a publicação da Organização Mundial

da Saúde sobre Políticas fiscais para promover dietas saudáveis (World Health Organization (WHO), 2024), além de publicações anteriores dos organismos, da academia e da sociedade civil.

A financeirização dos alimentos

Uma recente análise sobre os processos de captura das narrativas em SAN, a partir do relatório "Alimentando Lucros, Deixando Pessoas com Fome: Como a Financeirização dos Alimentos Está Devorando o Planeta", da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional, explica como os mercados financeiros moldam a forma como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos, transformando-os em uma mercadoria global e em um ativo financeiro, desconectados dos ecossistemas e das comunidades locais (Society for International Development, 2026). Nesse contexto, a terra e a agricultura são cada vez mais tratadas como oportunidades de investimento, muitas vezes em detrimento dos pequenos produtores e da soberania alimentar. Ao mesmo tempo, argumenta-se que os atores especulativos lucram com a volatilidade dos preços dos alimentos, enquanto um punhado de corporações domina os mercados globais. As mudanças climáticas intensificam ainda mais essas pressões, aprofundando a desigualdade e a insegurança.

Em resposta a esse desafio, o relatório clama por uma reforma sistêmica urgente, retomando os alimentos como um bem público e que requer a regulação da especulação, a transformação dos sistemas financeiros e comerciais globais e o apoio a modelos agroecológicos baseados na resiliência, na diversidade e no controle local. Um ponto central dessa reforma e retomada é colocar no centro de tudo que a alimentação é um direito humano e não um ativo financeiro.

O relatório lembra que a insegurança alimentar global, a fome e a desnutrição têm se agravado nos últimos anos, impulsionadas por crises interconectadas, incluindo a pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia, desastres decorrentes das mudanças climáticas e a degradação ecológica. Afirma, ainda, que esses choques expuseram a fragilidade dos sistemas alimentares globais e elevaram os preços dos alimentos e, embora os governos estejam se esforçando para enfrentá-las, um problema estrutural mais profundo permanece negligenciado: a concentração sem precedentes do poder corporativo no sistema alimentar, alimentada pela financeirização da agricultura. Os mercados financeiros agora moldam todos os aspectos da produção e distribuição de alimentos, desde a negociação especulativa de commodities agrícolas até o domínio de modelos do agronegócio enraizados na produção em massa, padronização e dependência de insumos agroquímicos. Essa transformação converteu os alimentos em uma commodity global e em um ativo financeiro, desconectando-os dos ecossistemas locais, das culturas e das tradições alimentares.

Assim, a financeirização, enraizada no neoliberalismo, opera convertendo setores essenciais, incluindo a alimentação, em ativos geradores de lucro por meio da privatização, da integração dos mercados e da consolidação corporativa. Essa dinâmica se estendeu a serviços e bens essenciais, como saúde, transporte, educação e, evidentemente, alimentos, onde os interesses financeiros agora determinam a produção, a distribuição e o acesso. O sistema financeiro global, dependente da padronização, reconfigura os sistemas fundiários e alimentares por meio de investimentos em larga escala. A terra, cada vez mais tratada como um ativo financeiro, viabiliza práticas como a apropriação de terras, frequentemente em detrimento das comunidades locais.

O documenta coloca, ainda, que inclusive instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, desempenharam um papel central

nesse processo ao imporem condicionalidades neoliberais e medidas de austeridade que integraram profundamente as economias locais aos mercados globais. Em muitos países em desenvolvimento, ciclos de endividamento têm levado governos a priorizar a agricultura industrial voltada para a exportação como forma de gerar divisas, acelerando a mercantilização e a financeirização dos sistemas alimentares. Essa mudança resultou no esvaziamento do controle dos pequenos produtores sobre a terra (frequentemente terras ancestrais), os recursos naturais, os preços dos alimentos e a autonomia política em geral.

O sistema financeiro, então, se desvincula por completo de suas funções sociais e econômicas, evoluindo para um mecanismo auto perpetuante voltado à geração de lucro por meio da especulação, particularmente em bens essenciais como os alimentos. Nesse sistema, os fundos de investimentos e outros atores especulativos apostam no preço de produtos básicos, como trigo e milho, ou de qualquer outra commodity, exacerbando a volatilidade dos preços dos alimentos e minando a segurança alimentar global. Ainda, a liberalização dos mercados agrícolas e a expansão dos mercados futuros e de derivativos (contratos financeiros cujo valor deriva de um ativo subjacente, como títulos, índices, *commodities* ou outros) consolidaram ainda mais os alimentos como um ativo financeiro lucrativo.

Nessa dinâmica, as crises e incertezas, sejam climáticas, geopolíticas ou econômicas (instabilidade de mercado), tornaram-se agora essenciais para a geração de lucros. Com isso, se observa uma poderosa fusão entre o agronegócio e as finanças, com um pequeno grupo de corporações multinacionais e instituições financeiras que agora controla tanto os ativos físicos e agrícolas quanto os mercados financeiros. Corporações como *Archer Daniels Midland*, *Bunge*, *Cargill* e *Louis Dreyfus*, que dominam até 90% do comércio global de cereais, e bancos como *Citibank*, *JP Morgan Chase*, *Goldman Sachs* e *Bank of America* controlam a produção agrícola e os mercados de derivativos. Esses oligopólios utilizam informações privilegiadas para especular com alimentos, reforçando seu poder por meio de dividendos e aprofundando ainda mais a dominância corporativa e financeira em detrimento da equidade e da estabilidade dos sistemas alimentares.

Nesse mesmo contexto, as mudanças climáticas tornaram-se outro fator-chave da volatilidade dos preços dos alimentos, e sua interseção com a financeirização aprofunda a desigualdade e a insegurança nos sistemas alimentares globais. Por exemplo, os mercados de carbono, introduzidos no âmbito da política climática internacional, abriram uma nova fronteira de mercantilização que frequentemente desloca comunidades e degrada ecossistemas no Sul Global, reforçando uma dinâmica neocolonial na governança climática. Paralelamente, a apropriação de terras para biocombustíveis, compensação de carbono e agricultura voltada para a exportação expulsa comunidades locais de suas terras, minando a soberania alimentar e os meios de subsistência. O resultado desse processo é um ciclo vicioso no qual a terra e os alimentos são despojados de seu valor social e ecológico e absorvidos pelos mercados especulativos, aprofundando ainda mais a financeirização dos alimentos e agravando a insegurança alimentar global.

O documento termina argumentando que para contrapor essas tendências, são essenciais a vontade política e a reforma sistêmica. Contudo, na prática, embora muitas propostas tenham sido apresentadas, o lobby exercido por atores financeiros tem, em grande medida, estagnado mudanças significativas. As medidas propostas incluem a regulação da especulação alimentar por meio da transparência, a limitação do acesso a derivativos a investidores qualificados e o restabelecimento do papel das finanças no serviço aos bens públicos. Por exemplo, iniciativas internacionais, como a resolução da ONU sobre cooperação

fiscal e reforma financeira, representam um passo crucial para desafiar a arquitetura atual das "finanças de cassino". Em última análise, a reversão da financeirização dos alimentos exige uma reforma estrutural nos âmbitos do comércio global, das finanças e da agricultura. Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm consolidado interesses corporativos que minam a biodiversidade, a soberania e os sistemas alimentares locais, portanto uma mudança de paradigma, afastando-se da agricultura industrial em direção a sistemas alimentares territoriais agroecológicos que priorizem a autossuficiência, a diversidade e a resiliência, é urgentemente necessária. Para tanto, retomar o controle democrático sobre a alimentação e as finanças exige a construção de contranarrativas, a implementação de controles de capitais e o enfrentamento das falhas de mercado do modelo neoliberal dominante, recolocando a alimentação, assim como a saúde, como bens públicos e não como um ativo especulativo, orientados na perspectiva dos direitos humanos.

Questionando o mandato da agricultura na SAN

Em editorial da renomada revista *Science*, Christoph Müller, traz uma clara mensagem trazendo a necessidade urgente de "libertar a agricultura do mandato da segurança alimentar" ("*Releasing agriculture from the food security mandate*") (Müller, 2026). Sim, soa muito estranho o título, porém acreditamos ser intencional, para chamar a atenção para o fato de a agricultura estar capturada pela produção de *commodities* e guiada pela lógica de produtividade e lucro usando o nome da SAN. Além disso, esse modelo não tem sido capaz de solucionar a fome e a desnutrição no mundo, nem o outro lado da dupla carga da má nutrição, relacionada à obesidade e às doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), ou seja, a agricultura, nos sistemas alimentares hegemônicos, não tem servido ao seu propósito fundamental na SAN.

O texto começa lembrando que o estado de SAN é alcançado quando ninguém precisa se preocupar se ou como pode adquirir (tipicamente por meio da compra) refeições saudáveis e nutritivas. Em teoria, a SAN poderia ser alcançada por dois lados: aumentando o poder de compra dos domicílios e ou reduzindo os preços dos alimentos. No entanto, na prática, a insegurança alimentar e nutricional é um mais complexa, pois constitui um subproduto dos sistemas políticos e econômicos vigentes. Em termos gerais, a agricultura produz mais calorias e nutrientes do que o necessário para alimentar a humanidade, tratando-se, portanto, de uma questão de justiça distributiva, na qual geografia, educação, etnia, gênero e outros mecanismos de marginalização determinam a segurança alimentar de cada um, por meio do acesso a recursos. O autor reforça, a partir disso, que a humanidade não conseguiu eliminar a pobreza e, em vez de abordar as causas socioeconômicas da insegurança alimentar e nutricional, a pesquisa e a prática agrícolas são convocadas para compensar essa falha e afirma que isso não é apenas injusto, mas está fadado ao fracasso. Além disso, o discurso dominante desvia a já escassa capacidade científica da longa lista de desafios de sustentabilidade que os sistemas de produção agrícola precisam enfrentar.

Por exemplo, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, um dos principais fornecedores de grãos de grande parte do mundo, os formuladores de políticas e grupos de interesse europeus aceleraram o retrocesso das regulamentações ambientais para que pudessem continuar fornecendo grãos baratos aos países mais pobres, em vez de abordar a pobreza e a vulnerabilidade desses países. Isso ilustra a persistência desse foco na produção agrícola, a "armadilha produtivista": uma concepção equivocada estabilizada por mecanismos de bloqueio autorreforçados que (ab)usam da segurança alimentar como um escudo moral contra a regulamentação e a impopularidade política da redistribuição de riqueza. Embora isso tenha sido descrito por cientistas sociais, não é amplamente refletido na pesquisa agrícola, e, em vez

disso, o debate científico no setor agrícola tem defendido o equilíbrio entre as necessidades de SAN e as medidas para melhorar o desempenho ambiental, ou a integração da ideia de sustentabilidade na própria definição de segurança alimentar. Certamente há mérito nessa ideia, mas ela falha em convocar explicitamente os sistemas sociais a assumirem a responsabilidade pela insegurança alimentar e nutricional no mundo.

O autor, então, prossegue discutindo que os sistemas alimentares exercem uma pressão substancial sobre os limites planetários, especialmente sobre aqueles que já foram ultrapassados. É recomendado, então que a agricultura deve interromper a perda de biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o uso da terra e da água, o excesso de nutrientes e o uso de substâncias tóxicas e persistentes. Além disso, deve melhorar o bem-estar animal, preservar o valor cultural e paisagístico dos territórios para recreação e turismo, enfrentar as mudanças climáticas e garantir remuneração suficiente para que agricultores e trabalhadores rurais estejam eles próprios em situação de SAN.

Enquanto alguns desses desafios podem se beneficiar de uma maior produtividade da terra, outros podem criar custos adicionais, pelo menos durante a transição. E custos mais altos, a menos que sejam integralmente compensados por subsídios, levarão a preços mais altos dos alimentos para os consumidores. Se a SAN permanecer como responsabilidade exclusiva dos sistemas agrícolas (acrescentando-se à extensa lista de desafios a serem enfrentados), surgem metas diretamente conflitantes: ou a sociedade tenta explorar um espaço de solução inexistente de melhor desempenho ambiental sem custos adicionais, ou fica presa em debates de valores distorcidos que opõem as necessidades básicas humanas aos sistemas que sustentam a vida. Na criação de falsos dilemas, como a promoção de uma regulamentação ambiental mais rigorosa quando pode ser colocado como algo que leva as pessoas à fome.

Contudo, o autor mostra que análises de cenários indicam que a combinação da regulamentação ambiental com a redistribuição social pode reduzir simultaneamente a insegurança alimentar e nutricional e melhorar os indicadores ambientais. Assim, o aparente conflito de alimentar os pobres ou proteger o meio ambiente surge menos dos limites dos sistemas de produção de alimentos do que da atribuição da responsabilidade pela insegurança alimentar primariamente à agricultura, em vez dos sistemas socioeconômicos nos quais ela se origina.

Colocando essas questões no escopo dos grandes compromissos globais, a humanidade está falhando no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome Zero), mas o progresso é possível se a fome for tratada como uma lacuna de distribuição, e não como uma lacuna de produtividade. Portanto, a pesquisa e as políticas agrícolas devem escapar da armadilha produtivista e a vinculação direta da SAN como consequência direta do aumento de produtividade. Contudo, isso não significa abandonar a pesquisa em produtividade, mas redirecionar o foco para a sustentação dos meios de produção (fertilidade do solo, recursos hídricos, estabilidade climática) e para o bem-estar dos agricultores e aliá-la às questões de sustentabilidade. Quando as pessoas têm poder de compra confiável e proteção social, os agricultores não precisam mais produzir a custos mínimos, externalizando os danos ambientais para as gerações futuras. Isso significa que a responsabilidade pela SAN deve ser deslocada de forma decisiva para os sistemas sociais e econômicos, por meio de sistemas de proteção social, políticas de renda e programas de nutrição direcionados, em vez de por meio da pressão sobre os preços na porteira da fazenda, para que as pessoas possam arcar com os custos reais dos alimentos.

Os debates atuais carecem de reconhecimento sobre o quanto o enquadramento produtivista molda as agendas de pesquisa, os editais de financiamento e os mandatos políticos, portanto, tornar esse viés visível é um primeiro passo necessário para superá-lo. No entanto, as prioridades de financiamento, as métricas de avaliação e os mandatos políticos precisam mudar para que a pesquisa agrícola possa abordar a resiliência, a integridade ambiental e o bem-estar dos agricultores. Em conclusão, o autor afirma que libertar a agricultura da expectativa de fornecer alimentos cada vez mais baratos não é abandonar a SAN, é a única maneira de garantir a SAN no longo prazo.

Apesar de concordarmos com muito da argumentação do editorial, ela poderia ser complementada com uma análise fosse mais abrangente abordando a contraposição dos sistemas alimentares hegemônicos (baseados nesse paradigma de produtividade e monotonia agrícola e alimentar) com os sistemas transformadores para garantir saúde, sustentabilidade e resiliência por meio da diversidade, mas representa um ponto de partida interessante para nossa discussão neste informe

A relação dos produtos ultraprocessados com os sistemas alimentares hegemônicos

É fundamental, ainda, lembrar que, na lógica dos sistemas alimentares, o papel dos produtos alimentícios ultraprocessados precisa fazer parte dessa discussão, tanto no que se refere aos impactos sobre a saúde humana, animal e planetária, quanto das interferências nas narrativas de segurança alimentar e nutricional.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu relatório de 2019, apresentou uma análise detalhada dos efeitos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares globais (The Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019). Segundo o relatório, os sistemas alimentares hegemônicos, caracterizados por monoculturas de *commodities*, pecuária intensiva e indústrias de produtos ultraprocessados, são responsáveis por aproximadamente 21 a 37% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE), considerando desde o uso da terra até as etapas de armazenamento, transporte, embalagem, processamento, varejo e consumo. Especificamente, estima-se que 9 a 14% das emissões estejam associadas às atividades de cultivo e pecuária dentro das fazendas; 5 a 14% relacionem-se ao uso da terra, incluindo desmatamento e degradação de turfeiras; e 5 a 10% decorram de atividades na cadeia de suprimentos.

O mesmo relatório destaca que, embora a oferta de alimentos *per capita* tenha aumentado mais de 30%, evidenciando os limites das promessas da Revolução Verde, esse incremento foi acompanhado por um aumento expressivo no uso de fertilizantes nitrogenados (cerca de 800%) e de recursos hídricos para irrigação (mais de 100%). Ademais, esse modelo mostrou-se incapaz de eliminar a fome e as carências nutricionais no mundo, ao mesmo tempo em que contribuiu para o aumento da obesidade e das doenças crônicas associadas à alimentação inadequada, consolidando o fenômeno da dupla carga da má nutrição.

No âmbito dos sistemas alimentares, particularmente na relação entre os sistemas hegemônicos e as mudanças climáticas, os elos que interligam as monoculturas e as indústrias não podem ser dissociados. Em termos de responsabilização, é fundamental reconhecer que, para além da já consolidada relação entre ultraprocessados e saúde, cresce a base de evidências sobre os impactos ambientais desses produtos e dos sistemas alimentares aos quais estão vinculados. Esses impactos situam-se no contexto da transgressão dos limites planetários para a garantia da sobrevivência humana, abrangendo mudanças climáticas, perda de biodiversidade, alterações nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos

oceanos, uso de água doce, mudanças no uso da terra, poluição atmosférica por aerossóis e poluição química. Enquanto até 2009 três dessas barreiras já haviam sido rompidas (Rockström, Steffen e Noone, 2009), na última década totalizaram-se seis barreiras transgredidas, com as demais encontrando-se em elevado risco.

Para dimensionar o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos ultraprocessados, estes sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeito estufa, ocupam 50% da terra habitável, consomem 70% da água doce e contribuem com 78% da poluição (eutrofização) das águas planetárias (Poore e Nemecek, 2018). No que tange à perda de biodiversidade, o impacto é igualmente expressivo: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos, e 71% da biomassa de aves corresponde a aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

O impacto dos ultraprocessados decorre de uma combinação de mecanismos e processos que envolvem a totalidade do sistema alimentar dominante, uma vez que as *commodities* constituem a base dos ingredientes utilizados em sua produção, às quais se somam as características intrínsecas do processamento industrial extensivo. Esse impacto abrange desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o transporte por longas distâncias, o elevado consumo energético da produção, a redução da biodiversidade e o desmatamento associados às monoculturas, até o estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e a poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt *et al.*, 2019)(Seferidi *et al.*, 2020). Especificamente em relação às embalagens, as grandes transnacionais de ultraprocessados figuram como as principais responsáveis pela poluição plástica mundial, com descarte anual superior a 8 milhões de toneladas de plástico em 2020. Entre as indústrias de alimentos, as empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas posicionam-se como as maiores geradoras de resíduos plásticos, seguidas pelas indústrias de laticínios, com tendências futuras de crescimento exponencial na ausência de medidas mais robustas (Changing Markets Foundation, 2020).

Estudos adicionais corroboram esses achados, evidenciando os expressivos impactos ambientais decorrentes da soma de *inputs* e *outputs* dos sistemas alimentares associados aos ultraprocessados em todas as etapas: produção agrícola, processamento industrial, embalagem, distribuição, comércio, armazenamento doméstico, preparo e consumo (Anastasiou *et al.*, 2022). Os ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, 36% a 45% da perda de biodiversidade, cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, do uso da terra e das perdas e desperdícios alimentares, bem como aproximadamente um quarto do uso de água associado às dietas de adultos em países de alta renda. Tais estimativas são consideradas conservadoras, pois não contemplam outros efeitos ambientais da cadeia produtiva, como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e impacto das embalagens, sugerindo que o impacto ambiental dos ultraprocessados é ainda mais elevado.

No Brasil, estudos que avaliaram os padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais demonstraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, ou seja, aquela capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Maria Fellegger Garzillo *et al.*, 2021). Outras pesquisas confirmaram a contribuição direta dos ultraprocessados para a pegada hídrica da produção de alimentos no país (Garzillo *et al.*, 2022). Nas últimas três décadas, observou-se no Brasil um aumento de 21% nas emissões de gases de efeito estufa, 22% na pegada hídrica e 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que

a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais cresceu entre 183% e 245% no período (T Da Silva et al., 2021). Dados preliminares indicam ainda que a maior participação de ultraprocessados na dieta associa-se a perdas de biodiversidade de até 13,8% entre o primeiro e o último quintos de consumo da população, evidenciando que sua contribuição para a perda de biodiversidade, embora significativa, permanece subestimada ou desconsiderada nos fóruns globais sobre sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferências sobre mudanças climáticas.

Aos impactos ambientais somam-se os efeitos dos ultraprocessados sobre a saúde, cuja base de evidências é abundante e crescente. Uma síntese recente, sob a forma de revisão guarda-chuva, reuniu dados de 45 meta-análises com quase 10 milhões de participantes, demonstrando maior risco para 32 diferentes desfechos adversos associados ao consumo desses produtos, incluindo mortalidade por todas as causas e morbimortalidade por obesidade, cânceres, doenças cardiovasculares, renais, respiratórias, metabólicas, osteoarticulares, mentais e gastrointestinais (Lane et al., 2024). Evidências adicionais apontam para uma relação dose-resposta linear entre o consumo de ultraprocessados e diversos desfechos em saúde, incluindo mortalidade por todas as causas (Lane *et al.*, 2024)(Monteiro *et al.*, 2025), permitindo a construção de modelos para estimar as mortes atribuíveis a esse consumo.

Estima-se, por exemplo, que o consumo de ultraprocessados seja responsável por 57 mil mortes prematuras anuais no Brasil (Nilson, E. A. et al., 2022), das quais um terço decorre de doenças cardiovasculares (Nilson, E. A. F. et al., 2022). Análises mais recentes indicam que o consumo de ultraprocessados pode responder por até 14% das mortes prematuras em países de elevado consumo, como Estados Unidos e Reino Unido, enquanto na América Latina essa participação, embora menor, encontra-se em trajetória ascendente: representa 5 a 6% das mortes na Colômbia e no Brasil, mas já alcança 8 a 9% no México e no Chile (Nilson *et al.*, 2025).

Vale destacar que o consumo de ultraprocessados apresenta trajetórias diferenciadas no mundo. Enquanto se mantém praticamente estável na última década em países de alta renda, tem aumentado significativamente em países de renda média e baixa, que representam as fronteiras de expansão do mercado global para as corporações do setor. No Brasil, a participação calórica dos ultraprocessados na dieta total passou de 14,3% em 2002-2003 para 19,4% em 2017-2018, enquanto o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados reduziu-se de 51,0% para 48,7% no mesmo período. Embora o consumo de ultraprocessados ainda seja maior entre os estratos de maior renda, observou-se o maior aumento percentual entre os grupos de menor rendimento (Renata Bertazzi Levy *et al.*, 2022). Nesse contexto, o continente africano configura-se como a nova fronteira para a expansão dos ultraprocessados, onde o rápido crescimento do consumo desses produtos, denominado por alguns autores como uma "revolução dos alimentos (ultra)processados" nos sistemas alimentares africanos, tem contribuído para o aumento acelerado da prevalência de obesidade. Simultaneamente, a redução lenta da desnutrição aguda e crônica tem estabelecido a dupla carga da má nutrição como relevante problema de saúde pública em grande parte dos países africanos (Reardon *et al.*, 2021).

Os grandes grupos por trás da captura das narrativas

Conforme amplamente documentado, os conceitos de *Big Food* e *Big Soda* foram estabelecidos por analogia ao *Big Tobacco* para caracterizar as grandes corporações que dominam os setores de alimentos e bebidas, junto com o *Big Agro*. Um aspecto central dessas designações é que as mesmas empresas exercem controle oligopolístico sobre os mercados

globais em cada uma dessas categorias, concentrando a produção, a oferta e a publicidade de alimentos em escala mundial. Esse poder concentrado as posiciona como atores centrais nas transformações dos padrões alimentares observadas nas últimas décadas, com impactos diretos sobre a saúde das populações.

Um estudo da Oxfam, publicado há pouco mais de dez anos, permanece extraordinariamente atual ao retratar o comportamento das principais corporações do *Big Food* e do *Big Soda*, analisando sua influência sobre políticas públicas, sociedades, saúde e meio ambiente (OXFAM, 2013). A pesquisa concentrou-se nas dez empresas de alimentos e bebidas de maior poder global – Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (anteriormente Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever – avaliando sua transparência e responsabilidade ao longo de suas cadeias de suprimentos. Uma das conclusões evidentes foi a falsa diversidade do mercado de ultraprocessados, uma vez que as principais marcas globais pertencem a essas dez corporações, que assim ditam tendências de consumo em escala planetária.

À época da pesquisa, a Oxfam já sinalizava preocupações quanto à produção agrícola sustentável, apontando para questões sistematicamente negligenciadas pela indústria, tais como a situação das mulheres, dos pequenos agricultores, dos trabalhadores rurais, além do uso da água, da terra, das mudanças climáticas e da transparência. A avaliação evidenciou que todas as empresas deixavam de utilizar seu enorme poder para contribuir com um sistema alimentar mais justo e, em alguns casos, atuavam diretamente para minar a segurança alimentar e as oportunidades econômicas das populações mais pobres, aprofundando situações de fome. Os programas de responsabilidade social e sustentabilidade então implementados restringiam-se a iniciativas pontuais – como redução do consumo de água ou treinamento de mulheres agricultoras – sem enfrentar as causas estruturais da fome e da pobreza, justamente por ausência de políticas corporativas robustas que orientassem suas próprias operações nas cadeias de suprimentos.

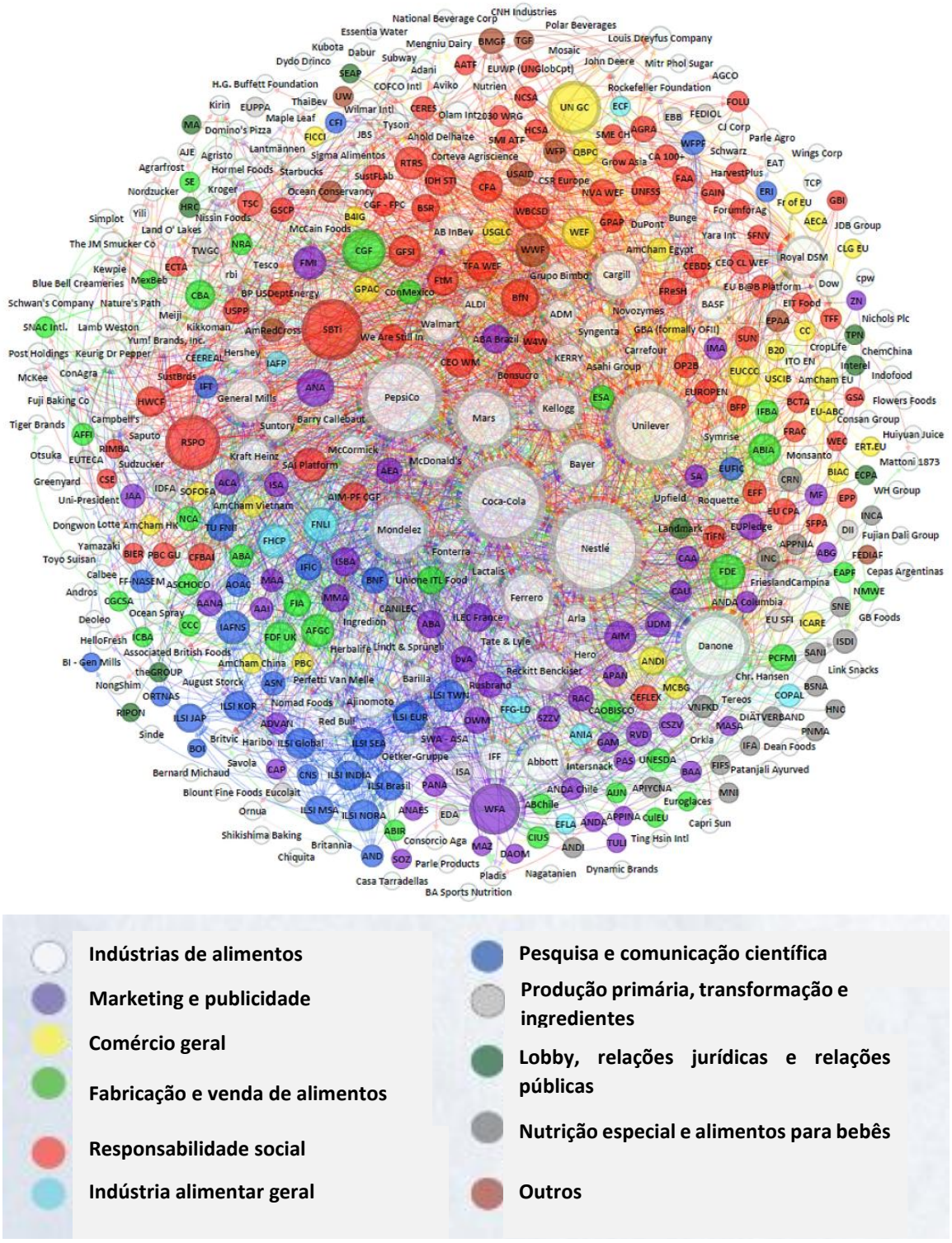
Entre as lacunas críticas identificadas nas políticas dessas corporações destacavam-se: a falta de transparência, com cadeias de suprimentos agrícolas excessivamente opacas que inviabilizavam a verificação de alegações de "sustentabilidade" e "responsabilidade social"; a inexistência de políticas adequadas para proteger comunidades locais contra apropriações de terra e água; e a insuficiência de medidas efetivas para reduzir o dano ambiental, especialmente no que tange às emissões de gases de efeito estufa provenientes da agricultura – situação que, conforme demonstrado em seções anteriores deste informe, agravou-se na última década. A conclusão do estudo apontava que, embora essas empresas alegassem limitações impostas por demandas fiscais e de consumidores, elas detinham, de fato, o poder de enfrentar a fome e a pobreza em suas cadeias de suprimentos, por meio de ações como o pagamento de salários adequados aos trabalhadores, preços justos aos pequenos agricultores e a eliminação da exploração injusta de terra, água e mão de obra – medidas que permanecem claramente ao seu alcance.

Posteriormente, a Oxfam voltou sua análise para outra fração do sistema alimentar hegemônico – o *Big Agro* – evidenciando que, de forma análoga ao que ocorre com os setores de ultraprocessados, há um oligopólio no âmbito das empresas globais de agronegócio (OXFAM, 2023). Essas corporações posicionam-se estrategicamente como intermediárias centrais em múltiplas cadeias de valor, atuando como elo entre agricultores e trabalhadores rurais, de um lado, e consumidores, do outro. Seu papel abrange desde a compra e o processamento de *commodities* agrícolas até o fornecimento para fabricantes, varejistas, governos e agências de

ajuda alimentar, além de atuarem como proprietárias de terras, produtoras agrícolas, fornecedoras de transporte, fabricantes de biocombustíveis e prestadoras de serviços financeiros nos mercados de *commodities*. As avaliações realizadas em 2018, 2020 e 2022 com as sete principais empresas do setor – Archer Daniels Midland (ADM), Barry Callebaut, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company, Olam Group e Wilmar International –, considerando os eixos de empoderamento econômico das mulheres, terra, mudança climática, pequenos produtores e transparência e responsabilidade, demonstraram que nenhuma delas alcançou pontuações elevadas em qualquer uma dessas dimensões. Em síntese, os programas corporativos de ESG (ambiental, social e governança) historicamente revelam-se inefetivos, operando mais como estratégias de gestão de reputação do que como mecanismos efetivos para enfrentar os problemas estruturais gerados pela atuação dessas corporações.

A complexa rede de influência corporativa global da indústria de ultraprocessados é representada na Figura 1, trazendo as corporações de ultraprocessados (círculos brancos) e como se relacionam com grupos de responsabilidade social e ambiental, publicidade, negócios em geral, agricultura, produção e venda de alimentos, produção e ingredientes, pesquisa e comunicação científica, lobby e alimentos para fins especiais, entre outros, para a construção e apropriação das narrativas. Na figura, observa-se, primeiramente, que os grupos de interesse em sustentabilidade/ESG (mostrados em vermelho) são centrais na rede de influência corporativa da UPF (n = 73, 27,2%), seguidos por marcas e publicidade (mostrados em roxo) (n = 50, 18,7%), pela produção e varejo de alimentos (mostrados em verde) (n = 33, 12,3%), negócios e comércio em geral (mostrados em amarelo) (n = 28, 10,4%) e grupos de interesse em pesquisa e comunicação científica (mostrados em azul escuro) (n = 27, 10,1%). A proeminência das arestas ou linhas e setas vermelhas (que indicam conexões) dos grupos de interesse corporativo em sustentabilidade/ESG dentro da rede sinaliza influência em toda a rede de influência corporativa. As setas que circulam e apontam para cada corporação de ultraprocessados indicam os tipos de grupos de interesse com os quais a corporação se relaciona. As setas direcionadas aos grupos de interesse indicam a filiação de grupos de interesse a outros grupos de interesse. Por exemplo, muitos grupos de interesse em branding e publicidade ao redor do mundo também são membros da Federação Mundial de Publicidade (WFA – *World Federation of Advertisement*), e isso é destacado pelo número de setas roxas que circulam e apontam para o nó da WFA. Os menos proeminentes de acordo com essa classificação foram tanto a indústria alimentícia em geral (mostrada em cinza escuro) (n = 9, 3,4%) quanto os grupos de interesse em lobby, assuntos jurídicos e relações públicas (mostrados em verde escuro) (n = 9, 3,4%).

Figura 1. O poder corporativo das indústrias globais de ultraprocessados (adaptado de https://doi.org/10.1186/s12992-024-01020-4)



Como se definem as narrativas

As narrativas sobre a SAN global são intrinsecamente complexas e resistem a classificações rígidas, assumindo frequentemente formas e significados distintos conforme quem as utiliza. Essa complexidade torna a classificação dessas narrativas um desafio. No entanto, no âmbito desta pesquisa, alguma classificação se fez necessária para viabilizar a análise entre países e regiões, ainda que os tipos de narrativa sejam porosos, com muitas sobreposições, interações e fronteiras cambiantes entre si (Climateworks Foundation, 2026). Segundo o documento, as narrativas sobre segurança alimentar estão, por sua própria natureza, em constante estado de fluxo e, a seguir, estão apresentados 14 tipos de narrativas identificadas pelas instituições que participaram da construção do documento, delineando seus principais fundamentos e indicando quais grupos de atores tipicamente as utilizam:

1. **Resiliência climática e justiça:** É tipicamente utilizada por governos (especialmente em relação às cadeias de suprimento), departamentos de resiliência/planejamento, ONGs internacionais e OSC e grupos indígenas, tendo como argumentos principais: a necessidade de construir resiliência a eventos climáticos e outras tensões por meio do sistema alimentar, o que pode ter um efeito dramático sobre a SAN, especialmente para grupos vulneráveis. Nessa narrativa, manter a SAN exige minimizar a disrupção no abastecimento alimentar doméstico e importado.

2. **Resiliência alimentar civil:** É tipicamente utilizada por acadêmicos, governos locais e parcerias alimentares locais/conselhos de política alimentar, tendo como argumentos principais a necessidade de uma abordagem de "sociedade como um todo", na qual os cidadãos estejam preparados para agir coletivamente, garantindo que todos se mantenham alimentados durante e após as crises.

3. **Localização e subnacional:** É tipicamente utilizada por: governos locais, ONGs/OSC, acadêmicos e setor privado local e argumenta que atores locais e regionais estão em melhor posição para compreender e abordar os fatores específicos da insegurança alimentar nas comunidades.

4. **Produtivista:** É tipicamente utilizada por: governos, setor privado (agrotecnologia), institutos de pesquisa e o grande lobby agrícola, com os argumentos principais de que a SAN se dá por meio do aumento da produção, frequentemente via inovação tecnológica e culturas básicas de alto rendimento. Essa narrativa defende alimentar uma população crescente ao mesmo tempo em que se impulsiona o crescimento econômico.

5. **Comércio de alimentos:** É tipicamente utilizada pela OMC, Fórum Econômico Mundial, governos nacionais e setor privado, com os argumentos principais de que mercados abertos e comércio internacional são essenciais para garantir um abastecimento alimentar estável e suficiente entre as regiões e que o comércio garante abastecimento alimentar suficiente em meio a choques climáticos, de conflitos e econômicos.

6. **Desregulamentação:** Tipicamente é utilizada por governos nacionais e setor privado, com os argumentos principais de que a insegurança alimentar é resultado da ineficiência do mercado, portanto a liberalização do comércio e a redução das regulamentações aumentariam a renda dos agricultores e reduziriam a pobreza.

7. **Protecionista:** Tipicamente utilizada por governos nacionais, com os argumentos principais de que o comércio internacional é uma ameaça à segurança alimentar

nacional, trazendo a necessidade de políticas protecionistas que penalizem as importações e promovam a produção doméstica.

8. Responsabilidade do Norte Global: Tipicamente utilizada por governos nacionais (mas em declínio), agências de ajuda humanitária e ONGs, com os argumentos principais de que os países ricos do Norte Global têm o dever de garantir a SAN global e que a SAN é vital para os objetivos humanitários e para a segurança nacional.

9. Direito à alimentação: Tipicamente utilizada por ONU, FAO, alguns governos nacionais, ONGs, *think tanks* e grupos de defesa do combate à pobreza, com os argumentos principais de que o acesso a alimentos adequados é um direito humano fundamental e legal e que os governos têm a obrigação vinculante de garantir que sua população seja alimentada.

10. Agroecologia: Tipicamente utilizada por movimentos sociais de base, grupos de pequenos agricultores, ONGs ambientais, acadêmicos, grupos indígenas e governos locais, com argumentos principais de que a SAN é possível por meio de sistemas agrícolas que funcionam em harmonia com os princípios ecológicos, focando na sustentabilidade de longo prazo. Nessa narrativa, a SAN só é duradoura se os ecossistemas puderem se recuperar de choques.

11. Nutrição e saúde: Tipicamente utilizada por agências da ONU, financiadores, institutos de pesquisa, setor privado (agrotecnologia) e ONGs, que tem como argumentos principais que a SAN exige que as pessoas tenham acesso não apenas a calorias suficientes, mas a dietas acessíveis, seguras e diversificadas, essenciais para uma boa saúde. As mudanças climáticas e os conflitos podem prejudicar o acesso a alimentos nutritivos.

12. Transformação dos sistemas alimentares: Tipicamente utilizada por agências da ONU, acadêmicos, governos nacionais, governos locais, ONGs e setor privado, usando argumentos principais de que a SAN não pode ser alcançada com o "*business as usual*" (fazer tudo como sempre temos feito). Isso requer uma reformulação fundamental e integrada de todo o sistema alimentar para um sistema que seja saudável, equitativo e sustentável para todos.

13. Soberania alimentar: Tipicamente utilizada por movimentos sociais de base, organizações de agricultores e trabalhadores, OSC, alguns agricultores, academia e governos, que argumenta que a SAN genuína exige que aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos tenham controle democrático sobre seus próprios sistemas alimentares. A soberania alimentar, então, é um pré-requisito para a segurança alimentar.

14. Saúde planetária: É tipicamente utilizada por acadêmicos, ONGs, governos locais e governos nacionais, trazendo como argumentos principais que a SAN de longo prazo só é possível se adotarmos dietas que sejam saudáveis para as pessoas e ecologicamente sustentáveis dentro dos limites planetários.

Observa-se claramente que esses tipos de narrativas não são mutuamente exclusivos e frequentemente estão presentes e interconectados nos mesmos discursos, quase sempre separados em dois grandes blocos: as narrativas gerais que defendem os sistemas alimentares hegemônicos e aquelas de modelos alternativos, focados na transformação dos sistemas alimentares com vistas a produzir saúde, sustentabilidade, justiça, equidade e resiliência.

Além disso, é importante compreender como diferentes grupos utilizam as narrativas sobre a SAN. Por exemplo, muitas organizações buscam alinhar as agendas de SAN e clima, para os quais é fundamental compreender o panorama do uso das narrativas, incluindo os objetivos e as táticas envolvidas. Isso permite examinar as alegações narrativas e questionar as dinâmicas

de poder, assim como empregar táticas próprias para amplificar vozes locais e promover a convergência em torno de narrativas compartilhadas que impulsionem a SAN e a ação climática.

A pesquisa apresentada no documento da *Climateworks Foundation* então identificou três tipos principais de uso das narrativas pelos atores (e especialmente pelas corporações):

– O **estratégico**, em que os atores deliberadamente utilizam narrativas de SAN para justificar políticas específicas, promover determinadas soluções ou avançar interesses institucionais. Por exemplo, o setor privado molda ambientes de negócios favoráveis e utiliza narrativas para promover seus interesses. No Norte Global, grandes empresas agrícolas empregam narrativas de estabilidade geopolítica e de "alimentar o mundo" para justificar investimentos em monoculturas industriais. Em todas as regiões, empresas utilizam narrativas produtivistas que enfatizam produtividade, eficiência e progresso tecnológico para promover seus produtos e agendas de pesquisa e desenvolvimento. Ainda, essas táticas são frequentemente utilizadas de forma estratégica durante crises climáticas para posicionar soluções corporativas como essenciais para a resiliência agrícola e, portanto, para a SAN.

– O **comunicativo**, no qual os atores adaptam narrativas para ressoar com públicos específicos por meio de campanhas de *advocacy* ou mídia direcionadas. Por exemplo, as ONGs e seus aliados utilizam narrativas para mudar a opinião pública e influenciar formuladores de políticas e as organizações internacionais utilizam narrativas em relatórios e peças de liderança de pensamento amplamente disseminadas na mídia tradicional e social. A reputação das organizações e suas capacidades de relações públicas podem resultar em mudanças significativas na opinião pública e nas políticas. No entanto, seu impacto pode ser reduzido por contracampanhas destinadas a desacreditar suas mensagens, como quando, em resposta ao relatório EAT-Lancet de 2019 sobre dietas saudáveis provenientes de sistemas alimentares sustentáveis, a *Animal Agriculture Alliance*, uma coalizão de atores das indústrias de carne e laticínios, contratou uma empresa de relações públicas para desacreditar o relatório, seus autores e seus financiadores.

– O **interpretativo**, em que os atores adaptam, reformulam e alteram o significado das narrativas para adequá-las aos seus próprios interesses, frequentemente recorrendo à cooptação e ao desvio narrativo. Nesse uso das narrativas, múltiplos grupos de atores utilizam uma série de termos para representar conceitos opostos, criando o chamado "desvio narrativo", quando intenções transformadoras originais são cooptadas por paradigmas mais dominantes, como o setor privado criando um ambiente de negócios favorável. Por exemplo, o termo "agricultura climaticamente inteligente" (*climate-smart agriculture* — CSA) foi definido pela FAO como uma forma de aumentar sustentavelmente a produtividade e a resiliência, ao mesmo tempo em que reduz os gases de efeito estufa, no entanto, empresas de agrotecnologia orientadas pelo lucro, como Syngenta e Monsanto, também utilizam o termo enquanto promovem agroquímicos sintéticos e monoculturas industriais, minando a visão de movimentos sociais e acadêmicos.

Considerações finais

A presente análise evidencia um cenário de profunda captura das narrativas de SAN pelas corporações que dominam os sistemas alimentares hegemônicos, particularmente as indústrias de produtos ultraprocessados e o agronegócio. A rede de influência corporativa global dessas indústrias é estruturada de modo a posicionar os grupos de interesse em sustentabilidade e ESG como elementos centrais dessa arquitetura de poder, funcionando como mecanismos de legitimação e desvio narrativo.

Essa configuração permite que as corporações se apropriem de discursos de responsabilidade socioambiental enquanto mantêm intactos seus modelos de negócio baseados na produção intensiva de *commodities*, na financeirização da agricultura e na expansão do mercado de ultraprocessados para as fronteiras dos países de baixa e média renda. O uso estratégico, comunicativo e interpretativo das narrativas de SAN, particularmente aquelas associadas à resiliência climática, ao produtivismo e à transformação dos sistemas alimentares, revela como o setor corporativo consegue simultaneamente desviar críticas, moldar agendas de pesquisa e políticas públicas, e apresentar-se como parte da solução para problemas que ele próprio contribui decisivamente para criar e perpetuar.

A captura das narrativas opera em múltiplos níveis e por diferentes mecanismos, todos interconectados pela lógica da financeirização e do oligopólio. No nível discursivo, observa-se a cooptação de termos como sustentabilidade, segurança alimentar e agricultura climaticamente inteligente, que são ressignificados para servir aos interesses corporativos, esvaziando seu conteúdo transformador original. No nível institucional, a presença maciça de grupos de interesse vinculados a marcas, publicidade, pesquisa e comunicação científica, todos integrados à rede de influência, assegura que as narrativas hegemônicas sejam reproduzidas na mídia, na academia e nos fóruns de governança global. No nível econômico, a financeirização dos alimentos converte terras, sementes e dietas em ativos especulativos, subordinando a produção e distribuição de alimentos à lógica do lucro financeiro de curto prazo, em detrimento da soberania alimentar, da resiliência ecológica e do direito humano à alimentação adequada. Essa arquitetura de poder explica por que, apesar de décadas de aumento da produtividade agrícola e de compromissos globais como o ODS 2, a fome, a desnutrição e a dupla carga da má nutrição persistem e se agravam em muitas regiões do mundo.

A construção de contranarrativas capazes de enfrentar essa captura e transformar os sistemas alimentares exige, antes de tudo, o reconhecimento explícito de que a segurança alimentar e nutricional não pode ser alcançada dentro do paradigma produtivista e financeirizado vigente. É necessário libertar a agricultura do mandato da segurança alimentar, isto é, romper com a armadilha que atribui à produção agrícola a responsabilidade exclusiva por compensar as falhas dos sistemas socioeconômicos na distribuição equitativa de renda, terra e poder. As evidências são claras: são produzidos calorias e nutrientes mais do que suficientes para alimentar e nutrir a população mundial, e a insegurança alimentar é fundamentalmente um problema de acesso, não de disponibilidade.

Portanto, as novas narrativas devem deslocar o eixo do debate da produtividade para a justiça distributiva, da escassez artificialmente construída para a soberania alimentar, e da responsabilização da agricultura para a responsabilização dos sistemas financeiros, comerciais e políticos que perpetuam a desigualdade. Narrativas ancoradas no direito humano à alimentação, na agroecologia, na diversidade alimentar, na saúde planetária e na soberania alimentar oferecem arcabouços consistentes para essa reorientação paradigmática.

Por fim, a transformação efetiva dos sistemas alimentares demandará não apenas a produção de contranarrativas, mas sua articulação com ações concretas de regulação, redistribuição e resistência. No plano da regulação, faz-se necessário o enfrentamento direto à financeirização dos alimentos por meio de controles de capitais, taxação de transações especulativas com commodities agrícolas, e a implementação de políticas que desincentivem a concentração corporativa e a expansão dos ultraprocessados, incluindo regulações robustas de publicidade, rotulagem frontal e tributação diferenciada. No plano da redistribuição, é imperativo fortalecer sistemas de proteção social universais, políticas de renda básica e

programas de alimentação escolar e comunitária baseados em alimentos in natura e minimamente processados, produzidos por agricultores familiares e povos tradicionais. No plano da resistência e da construção democrática, as contranarrativas devem ser protagonizadas por movimentos sociais, organizações de agricultores, comunidades indígenas e quilombolas, academia crítica e formuladores de políticas comprometidos com a ruptura estrutural.

Apenas por meio dessa aliança entre narrativa e ação, que recoloca a alimentação como bem público, direito humano e expressão de cultura e território e não como mercadoria ou ativo financeiro, será possível construir sistemas alimentares verdadeiramente saudáveis, sustentáveis, equitativos e resilientes para as presentes e futuras gerações.

Referências

ANASTASIOU, K. *et al.* A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. *Journal of Cleaner Production*, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.

BAR-ON, Y. M.; PHILLIPS, R.; MILO, R. The biomass distribution on Earth. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 115, n. 25, p. 6506–6511, 2018.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. *Talking Trash – The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.

CLIMATEWORKS FOUNDATION. *Shaping food security narratives – A strategic tool for climate action.* [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.climateworks.org/report/shaping-food-security-narratives-a-strategic-tool-for-climate-action/>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. *Revista de Saude Publica*, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. *The BMJ,* v. 384, p. e077310, 2024.

MARIA FELLEGGER GARZILLO, J. I. *et al.* Pegada de carbono da dieta no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 90, 8 dez. 2021.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1 Ultra-processed foods and human health : the main thesis and the evidence. *The Lancet*, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

MÜLLER, C. Releasing agriculture from the food security mandate. *Science*, v. 391, n. 6790, p. 1085, 2026.

NILSON, E. A. F. *et al.* Premature Mortality Attributable to Ultraprocessed Food Consumption in 8 Countries. *American Journal of Preventive Medicine*, n. April, p. 1–9, 2025.

OXFAM. *Behind the Brands – Food justice and the 'Big 10' food and beverage companies*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/270393/25/bp166-behind-the-brands-03-260213-en.pdf>.

POORE, J.; NEMECEK, T. Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science*, v. 360, n. 6392, p. 987–992, 2018.

REARDON, T. *et al.* The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. *Global Food Security,* v. 28, p. 100466, 2021.

RENATA BERTAZZI LEVY *et al.* Three decades of household food availability according to NOVA – Brazil, 1987–2018. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, n. 75, p. Epub 03, 2022.

RIDOUTT, B. G. *et al.* Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. *Nutrients*, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. A Safe Operating Space for Humanity. *Nature*, v. 461, n. September, p. 491–505, 2009.

SEFERIDI, P. *et al.* The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. *The Lancet Planetary Health,* v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Special Report on Climate Change and Land – Chapter 5: Food Security*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCL_Chapter_5.pdf>.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS COORDINATION HUB. *Corporate Accountability for Food Systems Transformation – A roadmap and guidance towards UNFSS+4 and beyond*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/corporate-accountability-for-food-systems-transformation/roadmap-and-guidance.pdf>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Fiscal policies to promote healthy diets: WHO guideline*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/376763>.

SOCIETY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Feeding Profits, Starving People: How Food Financialization Is Eating The Planet*. 2026. https://www.sidint.org/sid-publications/food-financialization